

NÃO CALO, GRITO

MEMÓRIA VISUAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR
NO RIO GRANDE DO SUL



CADERNO PEDAGÓGICO

Carla Simone Rodeghero
Dante Guimaraens Guazzelli
Gabriel Dienstmann

NÃO CALO, GRITO

MEMÓRIA VISUAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR
NO RIO GRANDE DO SUL

CADERNO PEDAGÓGICO

REFLEXÕES E ATIVIDADES
PARA A SALA DE AULA DO ENSINO MÉDIO

Carla Simone Rodeghero
Dante Guimaraens Guazzelli
Gabriel Dienstmann

Este caderno pedagógico é parte integrante da obra
Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul,
ISBN 978-85-86225-79-6, publicada pela Tomo Editorial (Porto Alegre, 2013)

A Comissão de Anistia

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretária Executiva

Marcia Pelegrini

Presidente da Comissão de Anistia

Paulo Abrão

Vice-presidentes da Comissão de Anistia

Egmar José de Oliveira

Sueli Aparecida Bellato

Secretário Executivo da

Comissão de Anistia

Muller Luiz Borges

Coordenador Geral de Memória

Histórica da Comissão de Anistia

Marcelo D. Torelly

Secretária Executiva Substituta

Amarilis Busch Tavares

Coordenadora de Políticas de Justiça de

Transição e Memória Histórica

Rosane Cavalheiro Cruz

Conselheiros da Comissão de Anistia

Aline Sueli de Salles Santos

Ana Maria Guedes

Ana Maria Lima de Oliveira

Carolina de Campos Melo

Carol Proner

Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto

Edson Cláudio Pistori

Eneá de Stutz e Almeida

Henrique de Almeida Cardoso

José Carlos Moreira da Silveira Filho

Juvelino José Strozake

Luciana Silva Garcia

Márcia Elayne Berbich de Moraes

Marina da Silva Steinbruch

Mário Miranda de Albuquerque

Narciso Fernandes Barbosa

Nilmário Miranda

Prudente José Silveira Mello

Rita Maria de Miranda Sipahi

Roberta Camineiro Baggio

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Virginius José Lianza da Franca

Marcas da Memória

um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil

Criada em 2001 por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei nº 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória. Em seus 10 anos de atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. E é deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio.

É neste contexto que surge o projeto “Marcas da Memória”, que expande ainda mais a reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos. Para atender estes amplos propósitos, as ações do Marcas da Memória estão divididas em quatro campos: a) audiências públicas; b) projetos de coleta de história oral; c) chamadas públicas de fomento à iniciativas da Sociedade Civil, como a que selecionou o presente projeto; d) publicações.

O projeto “Marcas da Memória” reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas educativas, intelectuais e culturais

que permitam a toda sociedade conhecer o passado e dele extrair lições para o futuro. Seu objetivo é descentralizar do Estado o processo de fomento à memória histórica sobre as violações aos direitos humanos e de cidadania ocorridos no passado, garantindo a insurgência de memórias plurais, que reflitam a diversidade de perspectivas que o povo brasileiro tem de sua própria história.

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

INTRODUÇÃO

Este caderno pedagógico tem o objetivo de propor reflexões sobre o ensino de história da ditadura e apresentar atividades para serem desenvolvidas em turmas de ensino médio, através da utilização do livro *Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul*. Partindo-se de uma ponderação sobre fontes históricas, a intenção é auxiliar os(as) professores(as) na abordagem dessa intrincada temática, através da exploração de seis grandes eixos temáticos: o movimento da Legalidade e o golpe de 1964; os movimentos sociais, a resistência e a repressão; as formas de legitimação da ditadura e o apoio civil; a política e as eleições; as mudanças na cultura e no comportamento e, finalmente, a redemocratização e as heranças da ditadura.

Com base nesses temas, visamos contribuir para o desenvolvimento de competências como as de ler e descrever imagens, relacionar narrativas escritas e imagéticas, reconhecer e explorar fontes históricas, debater pontos de vista, produzir textos que integrem informações variadas. As atividades propostas objetivam estimular o questionamento, a crítica e a criatividade tanto entre docentes quanto entre estudantes. Por conta disso, podem ser aproveitadas na forma como estão apresentadas ou podem ser adaptadas a cada turma, de acordo com a avaliação do(a) professor(a).

Antes de trabalhar com o livro em sala de aula, é necessário que o(a) professor(a) tenha se familiarizado com ele, através de uma primeira leitura do texto e das imagens. Também é importante ter presente e retomar com a turma a reflexão teórica sobre as fontes históricas. As fontes são os vestígios/indícios do passado que chegaram até nós. Tudo aquilo que foi produzido por homens e mulheres em outros períodos históricos (documentos escritos, jornais, livros, obras de arte, construções etc.) pode servir como fonte para a investigação de processos acontecidos, desde que haja um conjunto de

dúvidas – problemas de pesquisa – que guiem sua busca, sua seleção e sua análise. Ao mesmo tempo temos que ter sempre em mente que todo documento tem seu contexto de produção, sendo fruto de interesses e intenções que muitas vezes não estão explícitas; isso deve ser a base de toda leitura crítica de um rastro do passado. As fontes são de fundamental importância para a construção do conhecimento histórico e, no nosso caso, para a pesquisa e o ensino sobre a história da ditadura. Vamos nos ater, aqui, às fotografias e às charges.

As fotografias não são um “espelho da realidade”; são o registro de uma determinada forma de olhar os acontecimentos, forma esta que comporta visões de mundo dos indivíduos ou dos grupos sociais que as produziram. As escolhas de acontecimentos que merecem registro e dos aspectos a serem retratados, dos ângulos, da composição e da profundidade de campo (aquilo que aparece nítido) na fotografia são indicativas de uma complexa cadeia de procedimentos ideológicos e culturais significantes. São determinadas tanto pela intenção do fotógrafo quanto pelo contexto histórico em que as imagens foram produzidas e divulgadas.

Como toda representação, as fotografias não são discursos neutros; são percepções do social, que nos informam tanto sobre os interesses dos grupos que as elaboraram quanto sobre o imaginário da época. É, então, como fragmentos, como indícios das disputas e enfrentamentos do passado, que elas podem ser trabalhadas como fontes históricas. As fotografias, os fotógrafos, as instituições às quais eles estiveram vinculados, os órgãos de imprensa que as divulgaram podem ser vistos também como “construtores” dos acontecimentos em curso. As fotos apresentadas neste livro não foram apenas um suporte para registrar os fatos acontecidos, mas ajudaram a constituir os próprios eventos que retratavam e a difundir certas representações e leituras sobre a ditadura civil-militar e sobre os diferentes atores envolvidos.

Assim como as fotos, as charges não são um retrato objetivo do real; veiculadas num órgão de imprensa, podem assumir a função de um editorial, na medida em que expressam, de forma gráfica e geralmente bem-humorada, a posição política do autor e do jornal ou revista. As charges podem ser vistas como crônica e como interpretação – contam algo ocorrido e dão sentido a esse acontecimento.

O MOVIMENTO DA LEGALIDADE E O GOLPE DE 1964 EM FOTOS E EM CHARGES



Uma atividade que pode ser desenvolvida levando em conta a reflexão acima é ANALISAR A COMPOSIÇÃO DAS FOTOGRAFIAS E O SEU CONTEXTO DE PRODUÇÃO, tentando entender a foto não como registro fiel de um evento, mas como uma forma de dar significado a ele. A atividade proposta é (1) escolher uma foto ou um conjunto de fotos da mesma temática e fazer uma breve pesquisa sobre o evento que está retratado. O texto do livro *Não calo, grito* ajudará a dar conta desta etapa. O passo seguinte é (2) fazer a descrição (oral ou escrita) do material. Neste momento, sugerimos observar a forma com que os personagens estão sendo apresentados (como eles aparecem na foto, com que postura, em que local), a expressão ou sentimento que eles passam (medo, alegria, dor, angústia etc.), como eles estão se relacionando com outros personagens ou com o que está acontecendo à sua volta. O terceiro passo é (3) buscar informações sobre a produção das fotografias. As legendas que acompanham as fotos do livro serão muito instrutivas, porém sugerimos que se vá além, buscando informações sobre o contexto de produção, tais como a origem dessa imagem e a finalidade para qual ela foi pensada. Finalizando a atividade, será possível (4) propor uma reflexão sobre como o contexto de produção influencia na composição da(s) fotografia(s) selecionadas. Essa reflexão pode tomar a forma de um texto escrito por cada aluno, que poderá depois ser lido para o grupo maior.

Para avançar nesta tarefa, uma das possibilidades é comparar as fotografias “oficiais” da ditadura no Rio Grande do Sul – ou seja, aquelas produzidas pela assessoria de imprensa do governo do estado – e outras, produzidas por fotógrafos independentes ou vinculados a órgãos da imprensa. Pode-se observar a forma como são retratados os governadores na visita de autoridades, como os presidentes da República, ao Rio Grande do Sul. As fotos da assessoria

de imprensa, em geral, retratam situações de proximidade entre as lideranças políticas da ditadura (que geralmente ocupam um plano central na composição) e representantes de setores civis, religiosos e empresariais. Com isso, querem reforçar o apoio que o regime recebia desses setores e forjar uma legitimidade social. Do outro lado, os fotógrafos com atuação independente ou na imprensa (sobretudo a alternativa) que tinham uma postura crítica e de denúncia em relação à ditadura exploram outras possibilidades em suas fotos. Em alguns casos, eles aproveitaram o potencial que a fotografia tem de congelar uma situação para apresentar as autoridades do regime em uma posição desfavorável. Podemos listar três situações em que isso aparece nas fotos desse livro: temos Costa e Silva fazendo sinal de silêncio (como se mandasse a sociedade se calar); Figueiredo bocejando (como se desdenhasse a cerimônia oficial); finalmente, Sinval Guazzelli recebendo um “tapa” do comandante do III Exército. Mesmo que o tapa não tenha existido, o fotógrafo conseguiu passar a ideia de que o governador era subordinado aos militares. Nessa e nas outras fotos mencionadas as lideranças políticas da ditadura foram retratadas em posição vexatória.

O mesmo exercício pode ser feito com as fotos do movimento da Legalidade. Boa parte delas é de autoria dos fotógrafos da assessoria de imprensa do Palácio Piratini ou do jornal *Última Hora*. A assessoria era subordinada ao governo do estado e o jornal era alinhado politicamente ao PTB, partido do então governador Leonel Brizola e do vice-presidente João Goulart. As fotos produzidas pela assessoria do palácio sobre o episódio foram divulgadas por todo o país e tiveram um importante papel na construção de um imaginário da resistência legalista. Essa intencionalidade, relatada pelos próprios fotógrafos, também pode ser percebida nas fotografias produzidas, pela abundância de imagens de armamentos, de soldados em prontidão e de manifestações sociais de apoio. O papel de destaque ocupado pelas lideranças políticas – o governador Brizola, o general Machado Lopes e o vice-presidente Jango – aparece na composição das fotos, que têm, geralmente, esses personagens na área central.

Um contraponto a essa visão pode ser encontrado nas charges de Sampaolo, que se referem ao período seguinte ao da Legalidade e re-

tratam o presidente João Goulart de uma maneira menos simpática. Aqui também se fazem necessários os procedimentos de localização do contexto retratado e de busca de dados sobre o chargista e sobre o jornal em que ele publicava seus desenhos, o *Diário de Notícias*, órgão que tinha uma postura de oposição ao governo Jango. Lembremos que ao final do livro são apresentadas pequenas biografias dos autores das imagens selecionadas. A atividade pode começar com (1) a seleção de um conjunto de charges e seguir com (2) uma breve explanação dos fatos aos quais os desenhos se referem. Passa-se, então, (3) à descrição das charges (personagens, expressões, ações em curso, texto etc.). (4) Os dados sobre o chargista e sobre o jornal podem ser reunidos e, então, contrapostos às descrições que os alunos fizeram das charges. Pode-se, assim, ter acesso tanto ao acontecimento em questão, quanto à forma como esse artista o representou. Além disso, é válida a observação de demais charges dele no livro, enfocando outros acontecimentos e mostrando seus diferentes posicionamentos.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS, A RESISTÊNCIA À DITADURA E A REPRESSÃO



Como mostramos ao longo do livro, a ditadura civil-militar brasileira se manteve através da construção de um Estado autoritário e repressivo, imposto por militares com o apoio de civis, através da censura, do cerceamento das liberdades políticas, sociais e culturais e da perseguição política, que assumiu diferentes formas (expurgo, cassação, banimento, prisão, sequestro, tortura, morte e desaparecimento de opositores do regime).

Ao longo dessas duas décadas, diversos atores e movimentos sociais tentaram, de diferentes formas, opor-se à ditadura e, ao mesmo tempo, lutar por transformações políticas e sociais. Foi o que se viu nas mobilizações dos movimentos estudantil, sindical, sem-terra, feminista, negro, de direitos humanos. Essa postura de oposição também se fez presente em manifestações artísticas e religiosas, em entidades de classe e no partido de oposição – o MDB –, além de ter estado na base da criação de organizações políticas clandestinas, várias das quais defendiam a luta armada. Houve, então, uma grande pluralidade de formas, tanto de resistência quanto de repressão, que passaram por transformações ao longo do regime. Ao trabalhar com a temática em sala de aula, é importante não tratar nem a oposição nem os apoiadores da ditadura como um bloco único: certos indivíduos, grupos ou instituições podem, num primeiro momento, ter dado apoio ao golpe e, mais tarde, ter passado para a oposição. No seio da oposição, alguns tinham uma postura mais combativa e outros, mais conciliadora. Em alguns momentos, foi possível manifestar as críticas ao regime nas ruas; em outros, apenas em ações clandestinas.

A ditadura, então, deve ser entendida como um processo dinâmico. Ela foi se instalando, se modificando com o tempo, se adaptando a diferentes conjunturas. Acreditamos que esse cuidado

ajuda a evitar generalizações e contribui para que não se enfatize algumas temáticas, períodos ou movimentos políticos em detrimento de outros.

A atividade que sugerimos para ajudar os alunos a perceberem essas transformações ao longo dos anos da ditadura é a **COMPARAÇÃO ENTRE REGISTROS DE DIFERENTES CONJUNTURAS**. Inicia-se (1) escolhendo dois momentos históricos distintos (como a das mobilizações estudantis dos anos 1960 e aquelas da segunda metade da década de 1970; ou a do movimento da Legalidade – 1961 – e o das Diretas Já – 1984) e dois grupos de imagens relacionadas a cada um dos momentos. Essa escolha será feita a partir de uma (2) pesquisa ou explanação inicial sobre os fatos em questão. Passa-se, então, para a (3) busca de informações sobre os autores e o contexto de produção das fotos; (4) elege-se aspectos a serem comparados (o que deve ser observado em cada imagem ou em cada conjunto de imagens); (5) realiza-se a descrição das fotos ou das charges escolhidas. Finalmente chega-se (6) no registro escrito do que foi observado, que pode ser feito num primeiro momento na forma de uma lista de tópicos e, a seguir, como um texto que agregue as informações e reflexões produzidas nas etapas anteriores da atividade.

Em nossa leitura, as imagens do livro permitem perceber que enquanto havia a possibilidade de sair às ruas e fazer comícios e passeatas, a oposição era reprimida sob os olhos de todos, inclusive dos fotógrafos. Quando, depois do AI-5, foram fechados os canais de expressão e setores da resistência decidiram ir para a clandestinidade e pegar em armas, a repressão passou a ser realizada em ambientes fechados. Ao mesmo tempo, a ditadura passou a ter mais controle sobre a produção e a divulgação das imagens, por meio da censura. Por essas duas razões, fotos da repressão são muito escassas no livro. As imagens relacionadas com a luta armada/resistência que conseguimos reunir são fotografias de prisões e de apreensões, momento em que era promovido um “espetáculo”, no qual os opositores eram apresentados ao público como criminosos e “terroristas”.

Outra atividade interessante é **ANALISAR AS DIFERENTES LEITURAS QUE OS CHARGISTAS E FOTÓGRAFOS FIZERAM** tanto das manifestações políticas de oposição à ditadura quanto da repressão. As

charges presentes no livro permitem ver diferenças na forma em que as forças da repressão, a tortura e os torturadores foram retratados. As primeiras charges que encontramos abordando a tortura são de 1975; inicialmente, os torturadores eram representados como carrascos medievais, cuja ação se dava dentro de masmorras. As referências a períodos antigos e distantes eram um recurso utilizado pelos chargistas para tratar da repressão no presente de forma velada, o que não impedia que seus leitores – ou uma parcela deles – soubessem que se tratava de eventos contemporâneos. É perceptível uma modificação nas charges, no final dos anos 1970 e no início dos 1980: saem de cena os capuzes dos torturadores e seus porões, característicos do período anterior, entram os capacetes, os cassetetes e as máscaras de gás da Brigada Militar. A repressão ainda está presente, mas de forma diferente: nas ruas dos centros urbanos, sob os olhares da sociedade. Assim como no período anterior ao AI-5, existem registros fotográficos dessa repressão: a intensificação das imagens que faziam críticas frontais à ditadura a partir de 1977 é representativa daquele contexto histórico, marcado pelo crescimento da luta pela redemocratização do país e pelo afrouxamento da censura. Muitos dos artistas que têm suas obras retratadas neste livro foram importantes protagonistas dessa história.

AS FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DA DITADURA E O APOIO CIVIL

3

Apesar do lugar central que as manifestações de resistência e a atuação repressiva ocuparam durante a ditadura, a compreensão do período exige também a análise de outras questões. Consideramos importante trabalhar com o conceito de ditadura civil-militar, que reconhece a participação civil, ao lado dos militares golpistas, tanto no golpe quanto na montagem e na manutenção da ditadura. Essa participação civil é representada por entidades de classe, órgãos de imprensa, grupos de empresários, partidos políticos, igrejas etc., que, em diferentes momentos, colaboraram com a ditadura e contribuíram para mantê-la. Lideranças civis estiveram presentes no governo, ao lado dos militares, mesmo que os últimos tivessem maior poder. Para além das posturas de apoio explícito ou de rejeição, também foi significativa a postura de indiferença ou de apatia em relação à ditadura. Nem todas as pessoas foram diretamente atingidas pela repressão: muitas podem não ter percebido que também eram afetadas pela legislação autoritária do regime e pelos seus desmandos.

Em nosso livro estão presentes muitas imagens que abordam manifestações civis de apoio e de indiferença à ditadura. Entre elas, destacamos as fotos dos comícios de recepção das forças golpistas em abril de 1964; aquelas dos governadores gaúchos recebendo a visita dos generais presidentes; as imagens das comemorações do aniversário do golpe; as fotos dos comícios da Arena; dos desfiles comemorando datas cívicas; da conquista do tricampeonato mundial pela seleção; os cartazes de propaganda da ditadura etc. Pode-se perceber nas fotos que diversos civis tiveram participação tanto como lideranças políticas (é o caso dos governadores gaúchos e de muitos prefeitos indicados pelo regime, além dos deputados, senadores e vereadores eleitos pela Arena) quanto como apoiadores da ditadura. Tal apoio pode ser constatado na expressiva presença de populares

na recepção das lideranças golpistas em abril de 1964, dos generais presidentes no Rio Grande do Sul ao longo das décadas de 1960 e 1970, das comemorações do aniversário do golpe e de datas cívicas.

Tomando como base essas imagens, a atividade proposta aqui é a REFLEXÃO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE APOIO À DITADURA E A PRESENÇA DE CIVIS ENTRE AS AUTORIDADES DO REGIME. Sugerimos partir de (1) uma leitura do tópico *As formas de legitimação da ditadura*; a seguir, pode-se pedir que os alunos façam uma (2) busca de fotos que retratam populares e autoridades; (3) localizar os fatos aos quais cada uma das imagens selecionadas se refere; (4) buscar os autores das fotos e seu contexto de produção (praticamente todas são da assessoria da imprensa do Palácio Piratini); (5) fazer a descrição das fotos, atentando para as reações do povo frente às autoridades, para a presença de homens e de mulheres, para a forma como as pessoas estão vestidas, para a presença ou não de faixas e bandeiras e, ainda, para a presença de autoridades civis ao lado de autoridades militares. A atividade pode ser concluída com a (6) escolha de uma determinada pessoa retratada entre a multidão, sobre a qual será produzido um texto. Toda a turma ou cada aluno pode escolher o seu personagem. Ele deve receber um nome, uma profissão, um endereço e um motivo para estar presente àquela solenidade cívica. Podem surgir, dessa forma, várias narrativas que integram as informações trabalhadas ao longo da atividade e que abrem espaço para a criatividade dos alunos.

A INSTALAÇÃO DO AUTORITARISMO: POLÍTICA INSTITUCIONAL DURANTE A DITADURA



Nos itens anteriores apontamos dois eixos distintos para trabalhar com o conceito de ditadura civil-militar em sala de aula (o confronto entre as diferentes formas de resistência e de repressão, de um lado, e o apoio civil e a busca de legitimação do regime, de outro). Além dessas questões, achamos que é importante ter como foco o processo de instalação da ditadura no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, aprofundar o conceito de ditadura e contrapor o mesmo ao de democracia. Ao longo do livro, analisamos a política institucional, a legislação repressiva e as constantes alterações e manipulações do sistema eleitoral impostas pelo regime para garantir a sua manutenção no poder. Também disponibilizamos uma série de imagens que abordam – em geral de forma crítica, marcada por uma linguagem metafórica ou irônica – esses temas.

O(a) professor(a) pode tomar como ponto de partida para o desenvolvimento desta atividade (1) a leitura dos capítulos *Atos institucionais, partidos e eleições*, na parte I, e *As eleições de 1974, 1976 e 1978*, na parte II. Sugerimos, então, (2) listar e distribuir numa linha de tempo as principais questões políticas que marcaram o período que vai dos antecedentes do golpe até a promulgação da Constituição de 1988 (o anticomunismo e a Doutrina de Segurança Nacional, a edição dos atos institucionais, a imposição do sistema bipartidário, o funcionamento do sistema eleitoral, a promulgação de leis repressivas, o Pacote de Abril, a Lei Falcão, a Lei de Anistia, o retorno do pluripartidarismo, a derrota da emenda das Diretas Já etc.). O passo seguinte é (3) pedir que os alunos formem duplas: cada dupla trabalhará com uma das temáticas destacadas e com uma ou mais imagens relacionadas a ela. Levando em conta a pesquisa feita – no livro e/ou em outros materiais – e a observação das imagens e de suas legendas, a dupla deve (4) descrever a foto, explorando a forma

como o acontecimento em questão foi representado pelo fotógrafo ou pelo chargista. Para finalizar a atividade, o(a) professor(a) pode (5) reunir a turma em um grande seminário, no qual cada dupla apresente o seu trabalho para os colegas. Nessa ocasião, podem ser resgatadas as questões trabalhadas anteriormente em relação às formas de repressão e de legitimação do regime, propondo um debate com estudantes e reforçando os conceitos de ditadura e de democracia. Pode-se fazer, nesse momento, comparações entre o funcionamento das eleições, dos partidos, do Congresso Nacional, durante e depois da ditadura.

CULTURA E COMPORTAMENTO DURANTE A DITADURA

5

As imagens apresentadas neste livro também possibilitam trabalhar em sala de aula questões culturais e comportamentais referentes às décadas de 1960, 1970 e 1980. Ao longo desse período, aconteceram transformações relacionadas ao lugar ocupado pelos jovens e pelas mulheres na sociedade, ao crescimento da população vivendo nas cidades, à emergência da indústria cultural, à concentração da renda, ao fechamento dos espaços de participação política. No final dos anos 1980, as relações entre homens e mulheres, entre pais e filhos, entre professores e alunos, entre políticos e eleitores já não eram as mesmas do início da década de 1960. A música, o teatro, o cinema, a literatura, as artes visuais representaram essas transformações, ao mesmo tempo em que assumiram o papel de críticos ou de propositores de novas formas de convivência e de comportamento. O comportamento, a aparência, as roupas, o corte de cabelo e a estética são parte da cultura e representativos do contexto histórico em que estão inseridos. Elas refletem a forma particular de cada grupo pensar e perceber o mundo e a postura que eles têm frente à sociedade.

A atividade proposta visa detectar, nas imagens do livro, INDÍCIOS DAS TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS E COMPORTAMENTAIS PELAS QUAIS PASSOU A SOCIEDADE BRASILEIRA E GAÚCHA AO LONGO DE TRÊS DÉCADAS e, ao mesmo tempo, instigar os alunos a conhecerem melhor as diferentes manifestações artísticas do período. Inicia-se (1) selecionando duas fotos ou dois conjuntos de fotos que retratem períodos diferentes (por exemplo, uma da década de 1960 e outra da década de 1970 ou 1980 – podem ser fotos do movimento estudantil, das manifestações culturais, de comícios ou da atuação de forças repressivas). O passo seguinte é (2) localizar os eventos retratados e os autores das fotos para, em seguida, (3) definir que aspectos serão

alvo de observação nas imagens selecionadas (as roupas, o corte de cabelo, os calçados, os chapéus, os óculos de sol; a quantidade de homens e de mulheres, de crianças, de jovens e de adultos; a presença de brancos, negros e indígenas; os prédios ou as obras públicas que aparecem no entorno etc.). Passa-se, então, para a (4) descrição das imagens, baseando-se nos aspectos acima listados e com a intenção de detectar diferenças entre as duas imagens ou os dois conjuntos de imagens. O registro escrito das observações pode ser complementado com a (5) busca de obras artísticas do período, com o objetivo de fazer um exercício de ampliação do olhar.

Para esta última tarefa, sugerimos associar a foto de Elis Regina a uma música interpretada pela cantora; apresentar uma composição de Nei Lisboa ao lado de sua foto; analisar a letra de uma música que venceu algum festival nativista em conjunto com a charge de Santiago sobre esse assunto e em contraposição a uma música de Teixerinha; associar a foto de Teixerinha a uma imagem de seus filmes. Apontamos, ainda, a riqueza de detalhes presente nas fotos do movimento estudantil, as quais permitem ver jovens do final da década de 1960 e jovens do final da década de 1970. As fotos do movimento pelas Diretas Já, onde não aparecem só jovens, por sua vez, podem ser contrapostas àquelas que mostram populares à frente do Palácio Piratini, durante o movimento da Legalidade. É interessante, também, propor uma atividade que instigue os alunos a analisarem a diversidade cultural e estética existente entre os diferentes grupos sociais em uma mesma época. Pode-se fazer isso selecionando um conjunto de fotos de acontecimentos que ocorreram em um determinado período e propor o desenvolvimento das mesmas atividades apresentadas no item anterior. Uma sugestão é observar as diferenças estéticas e comportamentais (a postura, as roupas, o corte de cabelo, os calçados etc.), por exemplo, entre os protagonistas de manifestações estudantis e sindicais e o contraste entre o urbano e o rural.

A REDEMOCRATIZAÇÃO E AS HERANÇAS DA DITADURA

6

Para concluir as atividades sobre o ensino de história da ditadura, consideramos que é fundamental fazer algumas reflexões sobre a redemocratização do país como um processo em aberto. Como vimos, a abertura do regime foi fundamentada na conciliação entre as elites e parcialmente controlada pela ditadura. A redemocratização não eliminou de uma hora para outra os traços ditatoriais: algumas reminiscências do período autoritário ainda estão presentes no nosso cotidiano político e social. A retomada do poder pelos civis foi marcada pela permanência de atores e lideranças políticas, de movimentos sociais que surgiram (ou se reestruturaram) no período da abertura, e pela persistência da atuação repressiva das forças policiais brasileiras sobre esses movimentos. Isso fica claro nos capítulos *A eleição de Tancredo Neves e a Assembleia Constituinte* e *As heranças da ditadura*.

Essa questão pode ser trabalhada em sala de aula tanto com as imagens do período como com imagens mais recentes, com repercussão na mídia atual – e, por essa razão, familiares ao universo dos estudantes –, instigando os alunos a visualizarem as mudanças e permanências ocasionadas no processo de transição da ditadura para o regime democrático. Isso deve ser feito com o devido cuidado para não passar a ideia de equivalência entre o período ditatorial e o atual, aprofundando a discussão sobre o conceito de democracia.

A atividade pode ser desenvolvida através da (1) seleção de dois conjuntos de imagens relativas a uma mesma temática (movimento estudantil, sindical, sem-terra, a repressão a esses movimentos, a política institucional, eleições etc.). O primeiro conjunto deve comportar fotos e charges sobre a ditadura. O segundo deve ser montado com imagens de acontecimentos recentes (como greves, manifestações estudantis, ocupações de latifúndios por agricultores sem-terra,

repressão policial etc.). Feito isso, o(a) professor(a) pode (2) localizar os acontecimentos retratados e trabalhá-los com os alunos, apresentando informações sobre o contexto de produção e os autores das fotos ou charges. O passo seguinte é (3) escolher os aspectos a serem comparados ou observados (permanências e mudanças em relação à atuação dos movimentos sociais, das lideranças políticas, das formas de repressão praticadas pelo Estado etc.). A partir da observação desses elementos, o(a) professor(a) pode (4) propor um exercício em grupo no qual os alunos descrevam esse conjunto de imagens e, posteriormente, (5) apresentem essa descrição para a turma.

Acreditamos que ao desenvolver esta atividade é importante destacar que as questões relativas à herança da ditadura ainda seguem gerando conflitos no país. Pode-se fazer isso através da discussão de reportagens veiculadas na mídia atual abordando questões referentes ao período ditatorial (por exemplo, a atuação dos familiares de mortos e desaparecidos, de grupos de ex-perseguidos políticos, a atuação da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão de Anistia etc.). Centenas de famílias brasileiras permanecem sem o direito de saber o que aconteceu com os seus entes queridos que foram mortos e desaparecidos pela repressão. Os torturadores e todos aqueles que praticaram atentados contra os direitos humanos em nome do Estado ainda seguem sem julgamento, deixando um triste legado de desrespeito e impunidade para o Brasil.

A luta pelo direito ao esclarecimento, à memória, à verdade, à reparação e à justiça em relação aos crimes cometidos pela ditadura civil-militar brasileira ainda é incipiente; temos muito a avançar no que se refere à forma com que lidamos com o passado autoritário. As reminiscências deixadas pela ditadura reforçam a necessidade de aprofundamento e popularização das instituições democráticas e da criação de uma cultura de respeito aos direitos humanos em nosso país. O diálogo entre professores e alunos no espaço da sala de aula pode contribuir de forma significativa para a conquista e a consolidação de uma cultura que valoriza a memória, busca conhecer o passado e luta para fazer justiça.

Esta publicação é resultado de iniciativa fomentada com verbas do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia, selecionada por meio de edital público. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.



REALIZAÇÃO



MEMORIAL DA ANISTIA

Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça

